CONAMURI: UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA EM MEIO AO CAPITALISMO DEPENDENTE

CONAMURI: UNA EXPRESIÓN DE RESISTENCIA EN MEDIO DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE

Autor(es)

Marinalva de Lima¹

Resumo

O artigo trata de um grupo protagonizado por mulheres camponesas, no interior do Paraguai chamado *A Coordenadora Nacional de Organizações de Trabalhadores, Mulheres Rurais e Indígenas (CONAMURI)* que se organizam como movimento de resistência contra a expansão do agronegócio articulado dentro dos marcos do desenvolvimento dependente da América Latina. A partir da revisão de literatura, análise de documentos e entrevistas, contextualiza-se a luta dessas mulheres e busca-se entender se estas organizações sociais de resistência são apenas encaixes dentro da ordem desigual engendrado pelo desenvolvimento subordinado na América Latina, ou têm algo mais a nos dizer nos processos de reconstrução societária. Por fim, espera-se como resultado que difusão das atrocidades suscitadas pelo modelo de desenvolvimento forjado pelo capitalismo dependente promova a necessidade de uma discussão em torno de “o que fazer para mudar isso?” e concomitantemente rompa com o silêncio e invisibilidade das lutas da classe trabalhadora e camponesa paraguaia, bem como mostre a força que tem os gritos coletivos instituídos rumo a construção de outra perspectiva de desenvolvimento anti-imperialista e anticapitalista.

Palavras-chave: Teoria da Dependência; subimperialismo; organizações de resistência; CONAMURI.

Resumen

El artículo trata de un grupo liderado por mujeres campesinas, en el interior de Paraguay, denominado *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Campesinas e Indígenas (CONAMURI)* que se organiza como un movimiento de resistencia contra la expansión de la agroindustria engendrada en el marco de la dependencia. desarrollo de América Latina. A partir de la revisión de la literatura, el análisis documental y las entrevistas, se contextualiza la lucha de estas mujeres y se busca comprender si estas organizaciones sociales de resistencia son solo encajes dentro del orden desigual engendrado por el desarrollo subordinado en América Latina, o si lo han hecho. algo más que decirnos en los procesos de reconstrucción social. Finalmente, se espera como resultado que la difusión de las atrocidades planteadas por el modelo de desarrollo forjado por el capitalismo dependiente promueva la necesidad de una discusión en torno a “¿qué hacer para cambiar esto?” y al mismo tiempo romper el silencio y la invisibilidad de las luchas de la clase obrera y campesina paraguaya, así como mostrar la fuerza de los gritos colectivos instituidos hacia la construcción de otra perspectiva de desarrollo antiimperialista y anticapitalista.

Palabras-clave: Teoría de la dependencia; subimperialismo; organizaciones de resistencia; CONAMURI.

¹ LIMA, Marinalva de. Mestranda em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: marinalva.mlfoz@gmail.com

1. Problematização

Para uma grande parte da humanidade a oportunidade de produzir depende da sua capacidade de conseguir acesso à terra. Apesar das enormes dificuldades políticas e institucionais, a reforma agrária e a sua promessa de tornar seguro o acesso a um dos recursos de produção primários é ainda parte central de qualquer agenda política, tanto nos países de centro, quanto nos países da periferia. No caso da América Latina essa é uma meta urgente e imprescindível, já que é considerada a região com maior desigualdade na distribuição da terra no mundo que segundo dados apontados pelo Atlas do Agronegócio (2018), lidera o ranking com 51,19% das terras

Nesta região, particularmente a constituição da atual estrutura fundiária e desigualdade no acesso à terra geram uma série de conflitos no campo, criminalização e judicialização de lutas. Como aponta Santos (1996), apreende-se que essa formação sócio espacial tem grande relação com o modo de inserção da região na divisão internacional do trabalho que ocorreu de forma subordinada, fazendo com que alguns países acolhessem internamente uma divisão territorial do trabalho que se empenhasse num tipo de função, também divisão e repartição dos recursos (materiais e imateriais) mobilizados nas atividades produtivas, em grande parte, requerido e exigido externamente.

A perspectiva fundiária existente vem beneficiando um grupo diminuto de agentes a tirarem proveito das funções desempenhadas pelo país no sistema econômico-produtivo internacional, ao passo que no território nacional geraria uma série mazelas. Um exemplo concreto disso é o Paraguai, pois conforme dados veiculados pelo relatório Oxfam Brasil (2019)² este país figura como um dos casos mais extremos em desigualdade na distribuição de terras no mundo.

Afim de aprofundarmos um pouco o que isso significa concretamente no território paraguaio, Bassi (2018) argumenta que o modelo de desenvolvimento ali existente é apoiado no agronegócio e possui “um pacote tecnológico que inclui a venda de sementes transgênicas, pesticidas, fertilizantes e maquinários sofisticados para a depredação de florestas, preparo do solo, fumigação extensiva incluindo fumigação aérea nas mãos de empresas transnacionais como Monsanto, Cargill e outros³, que geram uma infinidade de conflitos como ataque a povos indígenas isolados, envenenamento por agrotóxicos, desmatamento no Chaco⁴, ao tráfico de drogas, grilagem à repressão contra movimentos de luta pela terra. O modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio tem como característica a produção ter como base a

² Segundo outras informações do relatório realizado pela Oxfam, o caso mais extremo é o da Colômbia, onde mais de 67% da terra produtiva está concentrada em apenas 0,4% das explorações. Chile e Paraguai não ficam atrás em desigualdade: nesses países, 1% das explorações abarcam mais de 70% das terras. Enquanto os grandes latifúndios se expandem pelos territórios, as pequenas propriedades rurais são encurraladas ou desaparecem. Apesar de responderem por mais de 80% das explorações registradas, utilizam apenas 13% da terra produtiva, de acordo com os últimos dados disponíveis. Novamente a Colômbia figura como o país mais desigual nesse sentido: 84% das explorações menores administram menos de 4% da superfície produtiva. Assim como o Paraguai, onde mais de 91% das pequenas propriedades rurais ocupam apenas 6% das terras.

³ Tratam-se das chamadas sociedades transcontinentais agroalimentares privadas ou “mercadores de grãos” que exercem crescente controle sobre vários setores da produção e do comércio alimentares, por meio do monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção da distribuição varejista, controlam a formação dos preços e o comércio de alimentos além de setores essenciais da agroindústrias, em especial adubos, sementes, pesticidas, estocagem e transporte. (ZIEGLER, 2013)

⁴ O Paraguai é dividido por um rio que leva o mesmo nome do país, separando-o em duas regiões naturais: região ocidental (ou Chaco) e região oriental.

O modelo de desenvolvimento apoiado no agronegócio tem como característica a produção ter como base a monocultura⁵ cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional, pela uniformização e padronização dos sistemas produtivos, inserção de pacotes tecnológicos, intensa utilização de defensivos agrícolas, insumos químicos e maquinário e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais. (NASCIMENTO et. al, 2017)

Sobre as causas desse cenário, a estudiosa da sociedade paraguaia, Cecília Vuyk (2012), afirma que isso se deve a trajetória histórica dos processos de desenvolvimento econômico e social do país ao longo do tempo que foram conformados por moldes subimperialistas decorrente de relações de dependência que fomentam a produção por meio do agronegócio⁶ que promove quadros de profunda exploração dos seres humanos e dos bens do território.

Em contraposição a isso, há discursos que enaltecem a atual estrutura do agronegócio atual, mesmo diante da incontestabilidade das desigualdade que ela causa. Sobre isso, muito tem se falado sobre o dinamismo econômico alcançado pelo Paraguai, graças à receita da geração de energia elétrica e exportações de soja e carne, sua economia cresceu a um ritmo de 3% a 4% ao ano em média durante os últimos anos, mesmo em período pandêmico (CADEP, 2020). No entanto, apesar dos bons indicadores macroeconômicos quatro em cada dez pessoas vivem na faixa da pobreza e duas de cada dez em extrema pobreza, com taxas muito mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas. ⁷Tais fatos levantam um questionamento: diante da conjuntura apresentada acerca do atual modelo de desenvolvimento econômico dependente característico da América Latina, segundo postulado de Marini (1974), com todos os males já citados e que geram uma série de conflitos sociais tem sido benéfico para quem (para quais atores)?

Obviamente, no predomínio da hegemonia incomparável das forças do capital, quem se beneficia desse sistema são as classes dominantes, no caso do Paraguai, a classe dominante segundo Fogel (2001) é uma elite conformada por um pequeno grupo latifundista e oligopolista, com importante participação de proprietários estrangeiros, majoritariamente brasileiros, que concentra quase toda a área agrícola e gado, enquanto do outro lado, expressando rechaço a essa ordem social dominante, reside um número grande de pessoas, maioria de famílias camponesas e indígenas que carecem da terra como meio de subsistência.

Nesse sentido, este trabalho parte de dois eixos: o primeiro é entender a realidade da conjuntura político, econômico e social que foi concebida naquela região vinculadas a estruturas de dependência, primeiramente para vislumbrar qual o campo de possibilidades que se abrem para um processo de reconstrução societária. Neste item, o objetivo é compreendermos o quanto é imprescindível denunciar o histórico movimento das atrocidades do sistema capitalista em geral e do capitalismo dependente brasileiro e paraguaio em particular. A proposta neste item é trazer para a discussão contribuições teóricas de alguns dos principais autores como como David Harvey (2013) Vânia Bambirra (2013); Ruy Mauro Marini (1973; 1974; 1977) , Oscar Fogel (1986) e Cecilia Vuyk (2014) que se propuseram a desvendar a natureza, as causas e consequências desse novo momento do capitalismo- imperialismo- no ontem e que dialogam de alguma forma com a realidade do capitalismo dependente no que tange às áreas capitalistas que se encontram na periferia do sistema, com a finalidade de entendermos sobre quais bases se assentam esse fenômeno que dentro dos limites da relação Brasil Paraguai se converterá em subimperialismo.

O segundo eixo é o estudo de um grupo específico de resistência que constitui como uma reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista, e que por meio de suas lutas promovem uma ressignificação constante de suas estratégias de resistência contra as necropolíticas neoliberais de modernização do mundo e da vida, impulsionando novas formas de transformação sociais na América Latina e buscam produzir

⁵ São produtores sojeiros, basicamente brasileiros, que ocupam cerca de 3,5 milhões de hectares do território paraguaio. Essa expansão desenfreada da soja transgênica segundo Valdez (2021, p. 191) que expulsa as comunidades camponesas e indígenas de seu territórios.

⁷ Fuente: CEPAL, estadísticas disponíveis em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf

guiados pelos valores de cooperação e ajuda mútua entre as pessoas. A organização selecionada para a pesquisa foi a “A Coordenadora Nacional de Organizações de Trabalhadores, Mulheres Rurais e Indígenas (CONAMURI)” situada no Paraguai, formada por mais de 300 mulheres

[...] a conjuntura político-social em que se enquadra o nascimento do CONAMURI tem como principal característica a desigualdade gerada pelo modelo de desenvolvimento sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo e a ditadura patriarcal, fato que afetou ainda mais às mulheres indígenas e camponesas, “que historicamente sempre foram invisíveis em suas participações, contribuições, interesses e realidades” (CONAMURI, 2009, p. 8).

A escolha da CONAMURI justifica-se por vários motivos que serão tratados posteriormente. Por hora salientamos que esta opção é emblemática sobretudo, porque essa é uma organização constituída por mulheres que nasce no interior de um país fortemente estruturado nos pilares da desigualdade patriarcal e recentemente qualificado como um dos piores para ser mulher dentro da América Latina (Centro de Documentação y Estudio, 2020). Outro fato de relevo é que essa sociabilidade injusta será replicada dentro dos próprios movimentos populares, que como consequência vai impulsionar a iniciativa de criação da organização como pode ser apreendido nas falas disponibilizadas nos escritos da CONAMURI. Segundo a dirigente do grupo a organização nasce “como uma resposta à necessidade de um espaço para elas dentro das lutas camponesas e indígenas defenderem seus direitos e buscarem alternativas diante da angustiante situação de pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe, etnia e gênero”, já que é frequente, mesmo dentro dos próprios movimentos sociais do Paraguai, repercutirem práticas patriarcais” (CONAMURI, 2018). E de modo mais amplo, é historicamente inegável que as mulheres foram duplamente oprimidas e exploradas com o acúmulo de trabalho (não remunerado), bem como a figura da mulher também se tornou “um acúmulo de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separou o trabalhadores entre si, e até mesmo entre si (FEDERICI, 2010, p. 176).

Sobre a coexistência dos movimentos de resistência e a forma de produzir capitalista, é interessante notar que desde a primeira Revolução Industrial, o capitalismo esteve no comando do desenvolvimento e de modo contraditório, nunca ocorreu a exclusão de formas alternativas de produzir e de pautar os avanços econômicos e sociais, sendo o desenvolvimento capitalista apesar amplamente majoritário e dominante e ainda assim persistirem sempre ao seu lado outros uma forma complementar da economia capitalista cuja existência será funcional para tipos de desenvolvimento. À luz do exposto, destacam-se dois caminhos de reflexão, um baseado na ideia de que a existência dessas organizações talvez seja apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico cujo crescimento poderá se desacelerar no futuro e, ou pior, ela não passará de preservar fatores de produção como trabalho, terra, equipamentos e instalações, ou por outro lado, podemos conceber a iniciativa dessas organizações de resistência das classes populares como um campo de possibilidade que se abre para a gestação de uma outra construção societária. Sendo esse último o ponto de partida da nossa análise.

2. Desenvolvimento

A América Latina, desde sua colonização até os dias atuais, sempre foi palco de lutas entre setores sociais. Desde a época colonial - com os movimentos independentistas – e ainda na atualidade os Estados-nações conservaram, ademais da centralidade do poder hegemônico, a ideologia do mercantilismo cujos pressupostos eram o aperfeiçoamento das indústrias, o fomento ao comércio exterior e o protecionismo da riqueza nacional. Posteriormente, no século XX, o liberalismo e o neoliberalismo – que atualmente são empregados em países ocidentais e latino-

americanos - adotaram uma série de medidas políticas e econômicas que buscavam erradicar o Mercantilismo.

Na esfera política, a teoria de John Locke defendia o direito à liberdade individual, a propriedade privada e a liberdade de expressão das pessoas. Na esfera econômica, a teoria de Adam Smith defendia a divisão no trabalho, a livre concorrência e a competitividade industrial. Em contrapartida, o marxismo, surgido a início do século XX iria enfrentar o neoliberalismo afirmando que este representa um conjunto de políticas, práticas e instituições hegemônicas lideradas pelo Estado contra a classe trabalhadora e as classes populares menos favorecidas sob pretexto de elevar à nação econômica, social e politicamente mediante emprego de um capitalismo burguês (Saad Filho, 2015).

Esta estrutura neoliberal produziu profundas alterações nas economias e sociedades mundiais, determinando também alterações geopolíticas, geoculturais e também, uma aprofundada divisão internacional do trabalho, onde as classes populares (urbanas e rurais) ficaram cada vez mais desprotegidas e à mercê do setor empresarial. Nas universidades, os intelectuais marxistas a favor das classes populares estimularam, a partir da segunda metade do século XX, o surgimento e manutenção de movimentos sociais como os movimentos campesinos apoiados muitas vezes por ONGs.

Muitos países periféricos latino-americanos, incluindo o Brasil, sofreram com governos militares que trataram de impor uma base teórica (político-estratégica oligárquica e antimarxista) que buscavam controlar e limitar movimentos sociais populares com a ideologia da homogeneização cultural e a submissão das massas a conceitos imaginários como nação e religião (Anderson, 1983). América Latina, com o controle hegemônico dos militares, foi sendo dominada por teorias eurocêntricas que se baseavam, *a priori*, em conceitos pós-positivistas como “ordem” e “progresso” e na “defesa” dos ideais antimarxistas. No Brasil, por exemplo, a questão agrária⁸ sofreu com a violenta situação despótica da ditadura (Traspadini, 2016).

De igual forma aconteceu em outros países como Argentina e Paraguai. Parafraseando Garcia Canclini (1997), os governos militares na América Latina setorizaram alguns grupos sociais, separando o urbano do rural, suspendendo os partidos, os sindicatos e outros mecanismos de agrupamento, mobilização e cooperação coletiva com o objetivo de reduzir a inserção de cada indivíduo nos bens de consumo através de uma política econômica e cultural neoconservadora.

Posteriormente, com o retorno da democracia, os movimentos sociais latino-americanos ressurgiram apresentando aspectos diferentes: supremacia dos movimentos populares perante outros tipos de movimentos sociais e hegemonia de alguns movimentos populares sobre outros, adquirindo popularidade internacional. Em qualquer movimento popular as características sempre foram as mesmas: ser uma forma de resistência contra a hegemonia e buscar a sua inclusão dentro da sociedade.

No final do século XX e nas duas décadas iniciais do século XXI, os movimentos campesinos latino-americanos apresentam-se revitalizados devido ao apoio dos intelectuais acadêmicos e de setores políticos sustentado na ideologia marxista, convertendo-se assim, em um movimento social latino-americano que enfrenta a ideologia do neoliberalismo e a favor de governos populistas de esquerda. Cita-se, a modo de exemplo, a luta contra as agroindústrias transnacionais mantida por setores campesinos latino-americanos que constituem um grupo denominado de “Via Campesina”, conhecido como a “*Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC)” (Vergara-Camus, 2013).

Nessa perspectiva, surge nos anos 1960 e 1970 a Teoria Marxista da Dependência-TMD, que realiza uma crítica radical amparada no método desenvolvido por Marx, que justamente por seu rigor de análise possibilitou uma teoria original de interpretação da América Latina, desenvolvendo categorias próprias que refletem a realidade concreta de nosso continente que segundo Marini é permeado de especificidades que vão desencadear um Capitalismo *Sui*

⁸ Por questão agrária entendem-se os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais que uma dada estrutura agrária opõe ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição de uma sociedade nacional capaz de autodeterminar o seu desenvolvimento. (NASCIMENTO ET AL, 2017, p. 221)

Generis, ou para Carcanholo (2004) o *Capitalismo incompleto*, que acabam por inviabilizar o desenvolvimento da periferia dentro do capitalismo, restando apenas a ruptura com este sistema como meio de desenvolvimento dos países dependentes.

Os maiores expoentes desta vertente são autores como Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Teothonio dos Santos considerados clássicos da TMD, somados a um debate mais atual como Marcelo Carcanholo, Marisa Amaral, Roberta Traspadini, Mathias Luce que darão a tônica do movimento real do capital, evidenciando a essência oculta e a aparência imediata que compõe os processos efetuados pelo controle do capital sobre a dinâmica da vida da nossa América Latina.

Apontar todas as nuances da teoria marxista da dependência exigiria uma escrita longa. Porém como a finalidade deste trabalho é apresentar os pontos-chaves de uma pesquisa de dissertação de mestrado, o tempo e delimitação não nos permite realizá-la. Contudo, é importante salientar alguns pontos relevantes para refletir sobre a teoria da dependência. No interior desta abordagem, algumas de suas formulações destacam-se como bastante originais. Entre as quais, está sua argumentação sobre a importância da superexploração do trabalho - Ruy Mauro Marini a considera uma característica básica das economias dependentes, redefinida, mas nunca suprimida, nas várias fases pelas quais passaram as economias capitalistas latino-americanas (AMARAL, 2013). Da mesma forma, são originais sua análise das particularidades do ciclo do capital nas economias do subcontinente, e sua interpretação pioneira do caráter subimperialista adquirido pelo capitalismo brasileiro (VUICK, 2013).

Essas categorias constituem elementos de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Em outro momento, Marini (1973) discorre sobre quais funções que a América Latina cumpre na economia capitalista Mundial:

[...]as funções transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 1973, p 11)

É importante notar que a condição de dependência estrutural dessas nações propicia que as possibilidades civilizatórias dentro do capitalismo latino-americano pautem-se na manutenção de suas estruturas econômicas e políticas subordinadas aos interesses externos. Por exemplo, o Paraguai contemporâneo tem um modelo de desenvolvimento rural onde o poder hegemônico, representado pelos latifundiários estrangeiros – majoritariamente brasileiros, como já dito – junto com um grupo burguês paraguaio controlam o agronegócio provocando com isso, sérios conflitos de camponeses que se tornaram crônicos e representam uma forma de resistência da classe contra a hegemonia burguesa neoliberal reivindicando o direito ao trabalho digno, inclusão social e a contrarreforma agrária.

Para Santos et al (2021, p. 17) “o Paraguai é considerado uma sociedade atrasada, conservadora, autoritária e tutelada por um Estado repressivo”. A acomodação dos interesses internos e externos, viabilizada pelo capitalismo dependente latino-americano, se articulam por meio de padrões de dominação autocráticos. Historicamente, o Paraguai, no processo pós-independência, durante o governo do ditador Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) optou pelo esvaziamento do poder político e econômico do latifúndio, com o Estado assumindo o comando das terras, “*as estancias de la pátria*” as fazendas da pátria, e do comércio exterior, obviamente, não era um regime considerado democrático, mas era soberano e independente (Codas, 2019, p.19) e todos tinham terras para o plantio.

O ponto de inflexão na trajetória paraguaia foi a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)⁹, um dos capítulos mais sanguinários e violentos sobre o povo da América latina, constituiu-se o episódio determinante para estruturação social econômico daquele país e modificação do seu modelo de inserção internacional e que perdura até hoje, e nisso o Brasil desempenhou um papel decisivo.

A economia paraguaia é fundamentalmente de produção agrícola e pecuária, destacando-se a produção de soja para a exportação, realizada em especial por grandes produtores brasileiros. Percebe-se uma concentração e *estrangeirização* da propriedade da terra, cujas origens remontam ao pós- Guerra da Tríplice Aliança, momento que o governo vendeu terras públicas a aliados nacionais e estrangeiros. (DESSOTI, 2021, p. 31)

Recapitulamos que o papel do Brasil na Guerra Grande foi desencadeada pela invasão brasileira do Uruguai para derrubar e substituir o presidente. Sobre a grande Guerra Traspadini (2020) realiza uma excelente recuperação histórica sobre este momento tão perverso, apresentado pela história oficial ou por parte do pensamento crítico

A guerra “em aliança” contra o Paraguai, reconfigurou o sentido de progresso e desenvolvimento até então produzido naquele país. Dentro da lógica mercantil reinante, o Paraguai figurava como potência. A violência sobre seu território colocava em xeque a constituição de sua nacionalidade.¹ A dizimação do seu povo e a invasão-ocupação militar brasileira e argentina por mais de 7 anos após a guerra, que culminou na perda territorial de mais de 50% do país, é um recorde latino-americano nada agradável ante o vivido. Narrar parte das histórias dessa história é tirar do esquecimento não somente as tragédias, mas dar voz àqueles e àquelas que a história oficial insiste em ocultar. (TRASPADINI, 2020)

Nesse sentido é importante frisar que foi com o governo de Stroessner¹⁰ eleito em votações fraudulentas e que se manteria no poder por sete mandatos consecutivos, que se deu início da dominação do partido colorado que a quase cem anos comanda o país representando a ditadura mais longa da região (1954-1989). A única alternância de poder foi o breve mandato do ex-bispo Fernando Lugo (2008-2012), do Frente Guasu (Frente grande), partido criado em 2010 por movimentos de esquerda e organizações, interrompido por um golpe parlamentar comparável ao que ocorreu no Brasil alguns anos depois (Vuyk, 2014).

Quanto ao Subimperialismo, Vuyk (2014) afirma que a relação subimperialista entre Brasil e Paraguai não é nenhum um pouco recente, tendo sua origem em um vínculo construído ao

⁹ A Guerra do Paraguai, também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), na Argentina e no Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai, foi um conflito armado ocorrido entre os anos de 1864 e 1870. Os países envolvidos foram Brasil, Argentina e Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança para combater o Paraguai. Para mais informações, ver: MAESTRI, Mauro. A guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-1870). Passo Fundo: PPGH/UPF, Editora FCM, 2013. POMER, León. A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.

¹⁰ O General Alfredo Stroessner Matiauda possuía grande prestígio pela sua atuação na Guerra do Chaco (1932-1935). Com a ajuda dos Estados Unidos, receosos de uma ameaça comunista na região, Stroessner liderou um golpe militar que retirou Federico Chaves Careaga do Poder. Uma curiosidade é que a segunda cidade mais importante do Paraguai, Ciudad del Este, era denominada Puerto Presidente Stroessner. Isso é só para entendermos que mesmo com todos os crimes sádicos praticados pelo ditador (150 mil presos políticos, 3 mil mortos e refúgio a nazistas estupro de meninas, sequestro de garotas entre 10 e 15 anos para mantê-las como escravas sexuais estão na conta de líder militar paraguaio) a figura de Stroessner tem uma centralidade representativa muito grande para aquele país. Mais informações acessar: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/26/quem-e-stroessner-o-ditador-paraguaio-elogiado-por-bolsonaro/>>

longo de 150 anos e remontam aos tempos da colônia. Seguindo a linha de pensamento, Maldonado & Anjos (2021) ratificam que:

A expansão do capital brasileiro no Paraguai remete à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando os capitais argentinos, brasileiros e uruguaios-aliados aos britânicos- se apropriam de grandes extensões de terra e de recursos naturais do país. Surge então uma aliança dos grandes proprietários de terras paraguaios com o capital estrangeiro. (Maldonado & Anjos, 2021, p. 173)

O subimperialismo elementarmente refere-se à entrada dependente de uma economia periférica à fase imperialista do capitalismo. Seria uma explicação dada por Marini para descrever porque processos, de modo contraditório, de monopolização e de constituição do capital financeiro, características peculiares aos países centrais, apareceram ou aparecem (o que será verificado com mais profundidade adiante) na economia brasileira. Marini vai demarcar as práxis e ideologia desse fenômeno que tem no Brasil a sua maior expressão:

As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar. (MARINI, p. 65, 1974)

A experiência histórica do Paraguai expressa o que Florestan Fernandes (2015) descreve como autocracia burguesa: a intolerância ao conflito como meio legítimo de reivindicação popular é extrema, congelando até mesmo a mudança política dentro da ordem.

O que vemos é que toda a conformação econômica e social do Paraguai está atrelada a terra. Trata-se de um país com grande peso rural que até mesmo na capital do país, Assunção, é possível se deparar com muitos traços rurais. Como consequência que “os movimentos vinculados à terra e às lutas indígenas e camponesas movem o conflito social paraguaio”. Santos et al (2021, p.18). Hoje, o país encontra-se governado pelas oligarquias, é o país que tem maior concentração de terra do mundo. Após golpe e no governo atual tem ocorrido repressão militarizada contra movimentos sociais e abertura total a transgênicos¹¹.

No tocante ao tema da revitalização dos movimentos de resistência, dentro desse cenário social econômico descrito pelos pensadores da vertente crítica da dependência insurgem movimentos locais que se tornam atores de resistência contra o capital. No caso paraguaio, como já dito, possuidor de uma matriz empresarial-monopolista-agroexportadora de ocupação e de exploração da terra, internamente, isso gera uma série de conflitos como violência do campo, a expulsão do campesinato, a favelização, a expansão horizontal das periferias urbanas, o mercado informal de alimentos e de outros produtos e o recente conflito étnico-cultural com a redistribuição de lotes pela via judiciária, e tais contextos coletivos encabeçam lutas a favor da democratização da terra, a soberania e a segurança alimentar paraguaia.

Nesse sentido, algumas motivações principais nos guiaram na escolha da organização CONAMURI. Entre elas figura como primeira razão a sua importância na América Latina diante de um dos maiores expoentes do agronegócio da região, pois trata-se de uma organização de mulheres que nasce no interior das economias de países, considerados por Ruy Mauro Marini (1991) e Vânia Bambirra (2012), como derivados de um desenvolvimento periférico e dependente que ocorreram a partir da atividade primário-exportadora. Em que pese o período de

¹¹ Por mais informações, dados e notícias, é pertinente acessar o site:<
<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguaio/>> site formalizado em 2016, “De Olho nos Ruralistas” é um observatório do agronegócio que visa fiscalizar e denunciar os impactos sociais, ambientais, desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas. O observatório é coordenado pelo jornalista brasileiro Alceu Luís Castilho.

industrialização pelo qual passou esses países, nos quais também aprofundaram-se as relações capitalistas no meio rural sem alterar o padrão de concentração fundiária, no caso específico do Paraguai, nos últimos anos as organizações de luta pela terra tem sofrido constantes ataques com uma ampla e violenta criminalização das lutas sociais (PEREIRA, 2016).

A segunda razão, repousa no fato destacar que a CONAMURI se autodeclara como um movimento camponês, remontando à origem do campesinato, tem-se que a agricultura camponesa foi desenvolvida por trabalhadores livres que ocupavam pequenas terras entre as fazendas. Segundo Nascimento et al (2017), algumas características suas são centrais para diferenciar a produção camponesa de outras modalidades como a agricultura familiar, e do trabalhador rural entre outros. Segundo os autores, ser camponês significa produzir de uma determinada maneira, representa uma sociabilidade e uma cultura, mas antes de tudo significa ser um projeto que construiu seu lugar na história e que compartilham um passado de luta, calcado em um projeto similar para o futuro. Então, nesse sentido, ser camponês ou campesino se sobrepõe a uma consequência econômica por ser uma escolha política. Bartra (2008) citado por Nascimento et al (2017) realiza um estudo interessante sobre as diferenças entre o campesinato em relação as classes da burguesia e ao proletariado. O autor salienta que o primeiro grupo é visto como uma classe anacrônica, atrasada, dispensável, conservadora e pré-moderna, além de se encontrar na marginalidade, nas periferias; já as duas últimas classes se caracterizam por serem centrais e que se sustentam por meio de uma base econômica simples e bem como sempre foram considerados os predestinados para promover a mudança na sociedade, modernos e progressistas.

Terceiro, remete a importância da inserção da mulher nos processos de resistência no campo que se destacam na luta por outra globalização que surge localmente instituindo um modelo de desenvolvimento pautado na agroecologia, quanto por sua luta pelo fim da opressão da mulher no campo. A mulher teve e tem um papel fundamental na sociedade paraguaia, lembremos que o país foi reconstruído por mulheres quando a Guerra da Tríplice Aliança praticamente exterminou a população masculina. Hoje, 32,9% dos lares paraguaios são chefiados por mulheres que recebem 34% menos que os homens e necessitam sustentar os filhos sozinhas (INE, 2020).¹²

Nesse sentido, a CONAMURI é uma organização paraguaia camponesa criada com o objetivo de se opor ao modelo de produção do agronegócio no país e lutar pela soberania alimentar, visando sobretudo a participação feminina nesse processo (PEREIRA, 2016). De acordo com a CONAMURI (2021), a organização visa a inserção das mulheres no cenário político e tem como principais eixos de ação a soberania alimentar e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Mulheres com direitos iguais e uma vida livre de violência. O movimento está territorializado em 12 departamentos do Paraguai e desde então realiza várias atividades, manifestos e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. A organização conta com mulheres da classe trabalhadora do campo, organizadas em comitês de produção e em pequenas associações. Além disso, tem como pauta resgatar práticas produtivas ancestrais, preservar sementes crioulas e lutar contra sementes transgênicas, produtos agroquímicos e as transnacionais que impõe o regime alimentar corporativo no país, sobretudo a Monsanto.

Trazendo novamente à tona a reflexão acerca da razão real desta organização social de resistência surge a inquietude se esses movimentos são apenas encaixes dentro da ordem desigual engendrada dentro dos marcos do desenvolvimento dependente da América Latina, ou têm algo mais a nos dizer nos processos de reconstrução societária.

O estudo pauta-se na dimensão das organizações sociais de resistência e logo, a linha de condução do presente estudo não pretende realizar um debate teórico sobre movimentos sociais, mas sim o levantamento de um caso concreto de resistência. Ou seja, não se entrará no âmbito dos debates dos movimentos sociais, e sim o estudo se conduz conforme o próprio movimento se autodenomina. Mais do que perguntar o que é movimento social, o mote da pesquisa é perguntar

¹² Dados disponíveis em: Direccion general de estadística, Encuesta y Censos, 2020 <https://www.ine.gov.py/datos/encuestas/ece/> Acesso em: dez. de 2020

como esse movimento atua na prática e mostrar como essas Mulheres estão organizadas para o desempenho do que se propuseram fazer. Elas não se limitam na busca de sua sobrevivência cotidiana, mas sim essas mulheres empreendem um embate político.

Acredita-se que as culturas populares não-hegemônicas da América Latina sofrem (e continuam sofrendo) pela influência de projetos políticos e ideológicos que mascaram as relações capitalistas dependentes, favorecendo a uma parcela hegemônica, em detrimento de grande parte da população, principalmente em países onde a luta pelas terras é uma questão de sobrevivência.

Haja vista, esta pesquisa tem por objetivo indagar sobre os impactos socioeconômicos e ambientais da dinâmica capitalista no desenvolvimento dependente do Paraguai, apontando às relações capital trabalho no campo e os processos de resistência no período 1989-2012. Essa temporalidade se justifica pelo fato de que a CONAMURI foi criada em 15 de outubro de 1999 quando se comemora o Dia Mundial da Mulher Rural, ocasião em que mais de 300 camponesas (mestiças e indígenas) se reuniram na capital paraguaia de Assunção decidindo pela união dessa classe social subalterna com o objetivo de lutar contra o poder hegemônico a favor de suas reivindicações e o reconhecimento de suas necessidades e direitos. Nesse cenário paraguaio permeado por uma série de conflitos que geram despejos, camponeses feridos e mortos, criminalização das vítimas e repressão a manifestações dos movimentos sociais que nasceu a organização intitulada "*Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas*" (CONAMURI).

Buscando detalhar o nosso objetivo geral, a pesquisa se concentra em descrever os impactos socioeconômicos da dinâmica capitalista, engendradas nas configurações do imperialismo, neoliberalismo que condicionam os processos de inserção da América Latina, via divisão internacional do trabalho, no Paraguai entre 1989 e 2012; examinar os processos de resistência diante o aprofundamento das políticas neoliberais que acirraram as lutas de poderes entre classes, representada de um lado por uma classe camponesa oprimida e por outro pela hegemonia do poder capitalista nas regiões rurais do Paraguai que propiciaram o nascimento de organizações populares no período entre 1989 e 2012 e por fim analisar o caso da "*Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas*" (CONAMURI)

Tendo em vista a escolha do prazo final do marco temporal, é imperativo realizar um adendo, posto que o ano de 2012 demarca a ocorrência da deposição de Fernando Lugo e muitos autores entendem esse episódio como um Golpe de Estado (Vuyck, 2013; Maldonado & Anjos, 2021). Lugo era um político progressista, de centro esquerda que tinha uma relação muito próxima com o campesinato paraguaio e um dos seus motes de campanha era a Reforma Agrária. Segundo Vuyck (2013) quanto aos interesses por trás do golpe de Estado de 2012 no Paraguai teve como objetivo principal "frenar o ascenso de de la mobilización popular, principalmente en torno a la lucha por la tierra y resguardar de esta manera los intereses de la burguesía y el imperialismo en el país". (Vuyck, 2013, p. 163)

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa constituem-se de pesquisas bibliográfico-documental com teóricos como David Harvey (2013) Vânia Bampirra (2013); Ruy Mauro Marini (1973; 1974; 1977); Oscar Fogel (1986) Cecilia Vuyk (2014) em que poderei entender e descrever tanto o percurso da CONAMURI como de outras organizações camponesas à luz da teoria do desenvolvimento dependente e do que alguns teóricos denominam de "subimperialismo".

Será realizado também um estudo qualitativo descritivo do retrato do funcionamento da organização selecionada para o estudo. Diante desse desafio optou-se pela metodologia de pesquisa de campo, em que se emprega vários procedimentos com o objetivo de dar voz à *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI)*. Assim sendo, busca-se, através de uma pesquisa qualitativa - com emprego da observação participante - e abordagem constituída por entrevistas semiestruturadas, alguns depoimentos de mulheres que fazem parte do CONAMURI visando expor a luta feminina camponesa paraguaia contra o poder hegemônico e a ideologia neoliberal que elevou a opressão patriarcal, bem como compreender o que essa luta de uma classe menos favorecida representa, no plano das relações nacionais e internacionais, num momento onde o Paraguai passa por um domínio governamental atrelado ao capitalismo

neoliberal, destituindo as lutas sociais que, obviamente, tem uma base anti-hegemônica que “apavora” à classe hegemônica

Para obtermos uma visão mais nítida da realidade de ambas as organizações utilizaremos diferentes mecanismos de coleta de dados, a consulta a documentos e arquivos e a referência bibliográfica já existente sobre a organização.

A seleção dos respondentes aos questionários se dá de forma aleatória. As entrevistas semiestruturadas são realizadas com os principais dirigentes de cada sede e também com membros da base.

3. Resultados Esperados

A *priore*, estima-se apresentar o importante legado deixado pela teoria Marxista da Dependência para a ação política e a estratégia da classe trabalhadora e o quanto esta abordagem propicia o entendimento e a difusão das atrocidades suscitadas pelo modelo de desenvolvimento forjado pelo capitalismo dependente, para que a partir disso se promova uma reflexão em torno de “o que pode ser feito para mudar isso?” e também rompa com o silêncio e invisibilidade das lutas da classe trabalhadora e campesina paraguaia que já existem. Em vista disso, a superação desse modelo, somente ocorrerá se os trabalhadores do campo e da cidade entenderem o sistema em que vivem, e descontentes com ele, levantem-se em luta por outro projeto. Com o avanço atual do conservadorismo político, tanto no Brasil quanto no Paraguai, e do neoliberalismo torna-se ainda mais importante retomar teorias como TMD, bem como fortalecer a história dos vencidos, promovendo uma história a contrapelo, tirando do silêncio de lutas que foram do passado, mas que permanecem até hoje, pois quanto mais elas são escondidas mais se reforça a história dos vencedores.

A *posteriore*, espera-se que as análises das entrevistas revelem se o objetivo da pesquisa foi cumprido e mostre a força que tem os gritos coletivos instituídos rumo a construção de outra perspectiva de desenvolvimento anti-imperialista e anticapitalista que ainda existem. Embora apagado e invisibilizado pelo capital, um camponês que resiste no campo e que utiliza seu conhecimento milenar de maneira a permanecer em seu território e que luta diariamente pelo direito ao “*seu território que deveria ser o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida*” (Nascimento et al, 2017, p. 217).

4. Considerações

A partir do que foi exposto, é possível identificar que embora a gestação da organização objeto desta pesquisa ocorra em meio a uma sociedade sujeita e subordinada às forças do capital que geram uma série de complicações, dificuldades práticas, obstáculos que envolvem não só a opressão da classe trabalhadora e campesina, mas principalmente da mulher, claramente podemos enxergar a resistência nas ações da organização CONAMURI.

Outras questões secundárias estão relacionadas a desmistificar a relação que há entre o papel do Estado brasileiro, associado ao imperialismo norte-americano, na política de integração do capital que atua sobre os povos e territórios latino-americanos, em especial sobre o Paraguai. Outra questão é identificar o forte protagonismo das mulheres nos processos de luta. Em um histórico de desigualdade evidente, nesta região, a situação da mulher é permeada até hoje, pela precariedade, falta de um território, ausência de alimentos saudáveis, violência, invisibilidade do seu trabalho e a participação negada em muitos espaços de poder e reivindicação de direitos.

Do ponto de vista acadêmico, a contribuição deste trabalho está relacionado em dotar o meio acadêmico, trabalhadores do campo e da cidade com informações sobre o funcionamento específico na América Latina contemporânea e como isso vai desaguar em terras paraguaias, esclarecendo qual o papel que o Brasil desempenha na lógica de operação do capital por lá.

A motivação para esse estudo surgiu de algumas inquietações do pesquisador, no que tange ao incomodo interno gerado pelo modelo capitalista danoso que atua na região, e por visualizar na trajetória histórica do Paraguai um exemplo manifesto de como as forma hegemônica do capital no continente, nesta região em específico, vai maltratar corpos, agredir a vida e produzir insalubridades com uma nítida permissividade do Estado, que na realidade representa as elites. Em contrapartida, alguém de toda a perversidade que esse sistema produz, dele também nascem fora dos meios acadêmicos ou espaços políticos, ricas experiências, como organizações de resistência aqui apresentada, que além de buscarem a sobrevivência, abrem um campo de possibilidades para se pensar um projeto para o futuro. Não é possível pensar em mudanças, sem antes entendermos o que se quer mudar e porque se quer mudar.

Durante as leituras realizadas para a feitura deste artigo, muitas lacunas ficaram abertas e outros questionamentos surgiram. Nesse sentido, algumas sugestões para estudos futuros, seria investigar de forma mais robusta o controle da hegemonia oligárquica e quais são as elites locais que se formaram no Paraguai nos marcos da dependência, outro seria sobre os processos de usurpação de terras, ao longo da história paraguaia que viabilizadas por meios ilegais como documentos falsos, registro de propriedades forjados que vão determinar a estrutura fundiária daquele país. Outro questionamento instigante é buscar entender que mesmo com o forte modelo político autocrático dentro do Paraguai, tendo como domínio o partido Colorado por mais de 100 anos, como foi possível a Ascensão de Fernando Lugo? Quais fatores propiciaram uma fissura na dominação colorada?

5. Referências

1. AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo: USP, 2012. Tese (Doutorado). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php>. Acesso em: 01 abr. 2021.
2. BAMBIRRA, V. **Teoría de la Dependencia**: una anticrítica. Ciudad de México: Era, 1983.
3. BAMBIRRA, V. **Capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI, 1974.
4. BASSI, B. S. Fumigações ilegais de agrotóxicos são arma na guerra contra camponeses e indígenas. **De olho nos ruralistas**: observatório do agronegócio no Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/29/chuva-de-veneno-fumigacoes-ilegais-sao-arma-na-guerra-contracamponeses-e-indigenas-paraguaios/> > Acesso em: 20 abr. de 2020.
5. CADEP. **Centro de Análise e Difusão Econômica do Paraguai-CADEP**, Paraguay: 2020. Disponível em: https://mega.nz/file/RDZwRbDI#RcfECzDFJc-pXLh-xa6GOjFLSBrJBSnvw0xpD_Q6Mck. Acesso em: 26 jul. 2021.
6. CANCLINI, N. G. **Imaginários urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1997.
7. CARCANHOLO, M. "Dialética do desenvolvimento periférico: dependência superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: **Anais do IV Colóquio latino-americano de economistas políticos**, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.
8. CODAS, G. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

9. CONAMURI. Quem somos? (2018) c2018. Disponível em <<https://www.conamuri.org.py/quienes-somos/>> Acesso em: 2 de jan. 2021.
10. CONAMURI. Mulheres em rebelião e resistência. Kuña jetyvyro tem jepytaso. Nosso caminho. Ñande Tamboril. Sistematização de nossas histórias. Ñane Ñe'e. Assunção: CONAMURI, 2009.
11. FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
12. FOGEL, R. **Movimientos campesinos en el Paraguay**: estudios de dos casos históricos. Assuncion, PY: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1986.
13. MALDONADO, F. de. O.; ANJOS, D. R. Existe subimperialismo brasileiro? In: DOS SANTOS, F. L. B. (Org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021.
14. MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. México: Siglo XXI, 1974, 5. ed, p. 1-25. Páginas iniciais.
15. NASCIMENTO, A. C. et al. Movimentos contra hegemônicos: o papel da mulher na agricultura campesina. **Revista Inter espaço**, Grajaú, MA, v.3, n.10, set /dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8172>. Acesso em: 10 set. 2021.
16. OXFAM BRASIL. *Terra, Poder e Desigualdade na América Latina, 2019*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>. Acesso em: Acesso em 03 abr. 2021.
17. PEREIRA, L. I. *Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais*. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 19, nº. 32 – Dossiê pp. 128-152 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4791>. Acesso em 03 abr. 2021.
18. POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. Tradução Yara Peres. São Paulo: Global, 1980.
19. SAAD, A. F. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**. v.3, n.4, jan/jun 2015. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em 03 de abr. 2021.
20. SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
21. SANTOS, M. (Org.). **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 06 de mar. 2021.
22. TRASPADINI, R. *Viagem à guerra contra os povos do Paraguai*. Outras palavras: São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/viagem-a-guerra-contra-os-povos-do-paraguai/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
23. VALDEZ, S. *A história Agrária do Paraguai*. DOS SANTOS, F. L. B. (Org.). *Fronteiras da dependência*: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021.

24. VUIYK, C. **Subimperialismo brasileiro y dependencia del Paraguay**: los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012. Assuncion, PY: Cultura y participacion, 2014.
25. ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.